



Universidade de Brasília

Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

**TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: os desafios, as possibilidades e
as perspectivas da coordenação pedagógica da escola do campo – ProJovem
Campo-DF.**

Sérgio Luiz Teixeira

Orientadora Profa. Dra. Rita Silvana Santana dos Santos
Tutora orientadora Profa. Ma. Lucilene Costa e Silva

Brasília (DF), Dezembro de 2015

Sérgio Luiz Teixeira

O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: os desafios, as possibilidades e as perspectivas da Coordenação Pedagógica da Escola do Campo-ProJovem Campo-DF.

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Profa. Dra. Rita Silvana Santana dos Santos e da tutora Profa. Ma. Lucilene Costa e Silva.

TERMO DE APROVAÇÃO**Sérgio Luiz Teixeira**

O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: os desafios, as possibilidades e as perspectivas da Coordenação Pedagógica da Escola do Campo-ProJovem Campo-DF.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Rita Silvana Santana dos Santos - UAB/UnB
(Professora-orientadora)

Profa. Ma. Lucilene Costa e Silva - UnB
(Tutora-orientadora)

AVALIADOR EXTERNO: Prof^a M.a Suze Sabino da Silva – SEE/DF
(Examinador externo)

Brasília, 19 de dezembro de 2015.

DEDICATÓRIA

Dedico a todas as mulheres e a todos os homens que acreditam na Educação do
Campo...

AGRADECIMENTOS

Agradeço as educadoras e os educadores letrados e iletrados que passaram em minha trajetória de vida, tanto pessoal quanto acadêmica, que me demonstraram que o saber e o poder da educação são transformadores...

Que aprendemos em qualquer lugar...

Por mais esmo que possa parecer,

Desde um terreiro de mamona até um acampamento do MST.

Que aprendemos em qualquer lugar...

Por mais ermo que possa parecer,

Desde um discurso do professor solidário

Até o percurso do solitário trator...

Que aprendemos em qualquer lugar...

Mesmo que seja no chão da sala de aula

Ou na aula que é no chão. (Sérgio Luiz Teixeira)

EPÍGRAFE

Cio da Terra (Milton Nascimento e Chico Buarque)

Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão

Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel

Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, propícia estação
E fecundar o chão.

“Não basta ter escolas no campo; queremos ajudar a construir escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo.” (Caldart).

RESUMO

O presente trabalho acadêmico teve a intenção de investigar como a coordenação pedagógica está desenvolvendo o trabalho como princípio educativo no Programa ProJovem Campo-DF, em uma escola do campo pública em Planaltina-DF, na perspectiva da teoria e da prática dos fundamentos da Escola do Trabalho de M.M. Pistrak e outros educadores socialistas. A intenção do pesquisador foi identificar e compreender como está sendo a participação do coordenador pedagógico no planejamento coletivo dos diversos tempos educativos, a partir da abordagem qualitativa utilizou o estudo de caso, empregando a técnica da análise documental, como o Projeto Base ProJovem Campo – Saberes da Terra– SECAD/MEC-Edição 2009 , PROMET (Projeto Metodológico) do ProJovem Campo- DF – SEEDF-2015 e questionário com questões abertas para o coordenador pedagógico. Os resultados da pesquisa demonstraram que o trabalho como princípio educativo, como propôs M.M. Pistrak, para que os estudantes possam desenvolver a autogestão e ter conhecimento da realidade ainda não é implantado ainda na proposta curricular do Programa ProJovem Campo-DF. O Coordenador Pedagógico apontou os problemas que enfrenta no cotidiano escolar para desenvolver o trabalho como princípio educativo no processo de ensino-aprendizagem e também as possibilidades que são satisfatórias e otimistas e que as metas possam ser atingidas no decorrer do programa, possibilitando que a concretização do trabalho como princípio educativo possa contribuir com a transformação da realidade da escola do campo e da vida dos sujeitos sócio históricos, tanto dos docentes e principalmente dos estudantes que almejam a qualidade social e profissional.

Palavras – chaves: Educação do Campo, Trabalho como Princípio Educativo - ProJovem Campo – DF .

RESUMEN

Este trabajo académico destinado a investigar cómo la coordinación docente está desarrollando el trabajo como principio educativo en ProJovem Programa de Campo-DF, en una escuela de campo pública en Planaltina-DF desde la perspectiva de la teoría y la práctica de los fundamentos de la Escuela MM Trabajo Pistrak y otros educadores socialistas. La intención de la investigación fue identificar y entender cómo es la participación de la coordinadora pedagógica en la planificación colectiva de varios momentos educativos, desde el enfoque cualitativo utilizado el estudio de caso, el empleo de la técnica de análisis de documentos, como el Proyecto de Base ProJovem Campo - Conocimiento de la edición de la Tierra SECAD / MEC-2009, PROMET (Metodológico del Proyecto) ProJovem Campo- DF - SEEDF 2015 y un cuestionario con preguntas abiertas para coordinador pedagógico. Los resultados del estudio mostraron que el trabajo como principio educativo, según lo propuesto por MM Pistrak para que los estudiantes puedan desarrollar la autogestión y tener conocimiento de la realidad todavía no ha implementado la propuesta curricular del programa ProJovem Campo-DF. El Coordinador de Educación señaló los problemas que enfrenta la rutina escolar para desarrollar el trabajo como principio educativo en el proceso de enseñanza-aprendizaje y también las posibilidades de que sean satisfactorias y optimista y que los objetivos se pueden lograr a través del programa, lo que permite la realización de Yo trabajo como principio educativo para contribuir a la transformación de la realidad de la escuela del campo y la vida de la pareja histórica sujeto tanto de los profesores y sobre todo los estudiantes que tienen como objetivo la calidad social y profesional.

Palabras - clave: Educación Rural, Trabajo y Principio Educación - ProJovem Campo - DF.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO ----- | 10 |
| CAPÍTULO I - REFERENCIAL TEÓRICO ----- | 14 |
| Educação Rural à Educação do Campo----- | 14 |
| Currículo e o ProJovem campo-DF ----- | 18 |
| ProJovem Campo-DF e o trabalho como princípio educativo----- | 20 |
| Coordenador pedagógico, profissional imprescindível----- | 24 |
| Coordenação pedagógica – Distrito Federal----- | 26 |
| METODOLOGIA E A ANÁLISE DOS DADOS ----- | 28 |
| Pesquisa exploratória documental----- | 28 |
| Pesquisa com o coordenador de turma----- | 31 |
| CONCLUSÃO ----- | 38 |
| REFERENCIAS ----- | 40 |
| APÊNDICE - A ----- | 42 |
| APÊNDICE - B ----- | 45 |

INTRODUÇÃO

Aproveitando o ensejo do momento efervescente que a Educação do Campo vive no Distrito Federal, através dos debates, das reflexões, das tomadas de decisões e posicionamento de atitudes nos diversos espaços políticos sociais como na escola do campo e no Fórum Permanente da Educação do Campo acontece a legitimidade da Educação do Campo como política pública de educação de Estado, através do Plano Distrital de Educação-DF (PDE), em sua meta 08, que foi aprovado em 2014.

As ações da Coordenação/Núcleo da Educação do Campo-Secretaria de Educação, Esporte e Lazer (SEEL)-DF, na construção coletiva, participativa e democrática do Currículo em Movimento, que incorporou em seus pressupostos básicos a modalidade da Educação do Campo, que promove a discussão da realidade e do currículo das escolas do campo distritais e conseqüentemente coloca em evidência o processo de transformação da Educação do Campo no Distrito Federal.

Ao participar do curso Abrindo as Trilhas da Educação do Campo da EAPE (Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação), no qual fui cursista, conheci a proposta do ProJovem Campo - DF a qual foi implantada pela Secretaria Estadual de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal (SEEL), neste ano letivo vigente, numa escola do campo em Planaltina-DF, tendo a aula inaugural no dia 23 de agosto de 2015, onde estão matriculados aproximadamente 110 estudantes, que são orientados pelo corpo docente (composto de sete professores) que é acompanhado diretamente pelo coordenador pedagógico de turmas.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra é um programa do Governo Federal que teve início em dezembro de 2005, em 12 estados brasileiros em parcerias com as secretarias estaduais e algumas municipais que aderiram o programa. O intuito principal do programa é atender jovens e adultos, que estão na faixa etária de 18 a 29 anos, que trabalham e/ou residem no campo nas proximidades da escola, que tem poucos anos de estudo, que pretendem seguir a trajetória estudantil e assim concluir o processo de alfabetização e concomitantemente serem qualificados profissionalmente na perspectiva da Educação do Campo.

As orientações didático-pedagógicas do Programa que estão na responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão

(SECADI) e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica ambas do Ministério da Educação. Sendo uma modalidade do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) que pretende oferecer o atendimento aos jovens e adultos que estão na faixa etária de 18 a 29 anos para garantir o Ensino Fundamental aos agricultores e agricultoras familiares, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e também a qualificação social e profissional.

A qualificação profissional que o programa pretende desenvolver é nos princípios da Educação do Campo. Um dos aspectos relevante da proposta política-pedagógica é considerar o trabalho como princípio educativo, tendo como cerne os fundamentos da Escola do Trabalho, que foi idealizada e desenvolvida por M.M. Pistrak, educador socialista e soviético e outros educadores contemporâneos, que promoveram uma revolução educacional no início do Século XX na antiga União Soviética, essas ideias estão registradas e demonstradas nos livros de Pistrak: Escola Comuna (2011) e Fundamentos da Escola do Trabalho (2011) que servem de alicerce para a idealização e formação de escolas públicas em nosso país e principalmente nas escolas que são organizadas nos princípios educacionais ideológicos dos movimentos sociais, como por exemplo, o MST. Como afirma Freitas (2010) que

o trabalho como princípio educativo é mais do que ligar a educação com o trabalho produtivo de bens e serviços. Tomar o trabalho como princípio educativo é tomar a própria vida (atividade humana criativa) como princípio educativo.” (p.158).

A proposta política pedagógica do programa ProJovem Campo-DF preza a Pedagogia da Alternância, os estudantes frequentam dois tempos educativos – Tempo de Estudo na escola e Tempo Comunidade (fora da escola). Nos dois momentos educativos os discentes são acompanhados pelos docentes, assim o ideário didático-pedagógico-ideológico socialista da escola do campo também é percebido, mesmo não sendo explicitado ou citado nas referências bibliográficas e curriculares do programa tanto nacional quanto distrital.

A intencionalidade do estudo de caso foi analisar esse projeto educacional que atende aos sujeitos históricos do campo na modalidade da Educação de Jovens e Adultos por dois motivos: por ter o interesse em contribuir com a transformação e a qualificação da Educação do Campo e perceber como o trabalho como princípio

educativo que está sendo desenvolvido no ProJovem Campo-DF, que é objeto principal da pesquisa. Ela é caracterizada na perspectiva do estudo de caso na abordagem qualitativa, com o intuito de acompanhar o educador - Coordenador Pedagógico, em especial o Coordenador de Turma, que é o responsável de acompanhar o corpo docente do ProJovem Campo-DF, durante o período de dois anos letivos, para responder a problemática da pesquisa: quais são os desafios, as possibilidades e as perspectivas da coordenação pedagógica da escola do campo – ProJovem Campo-DF na implantação e no desenvolvimento do trabalho como princípio educativo na perspectiva da Educação do Campo.

Os objetivos específicos da pesquisa são: identificar os desafios da Coordenação Pedagógica em desenvolver o trabalho como princípio educativo no ProJovem Campo-DF; verificar as perspectivas dos sujeitos históricos no desenvolvimento do trabalho como princípio educativo no ProJovem Campo-DF e descrever as possibilidades para a Coordenação Pedagógica desenvolver o trabalho como princípio educativo no ProJovem Campo- DF.

Os instrumentos da pesquisa foram: 1. A análise dos documentos oficiais que regem e orientam a implantação e implementação do ProJovem Campo – DF, que são o Projeto Base – ProJovem Campo – Saberes da Terra – SECADI/MEC – Edição 2009 e o PROMET (Projeto Metodológico) – ProJovem Campo-DF – Etapa 1- Ano 2005; e 2. O questionário com questões abertas para o Coordenador de Turmas do ProJovem Campo-DF.

A pesquisa foi estruturada em três capítulos. No primeiro está descrito a **Introdução**, onde são apresentados os motivos, os objetivos e a problemática da pesquisa.

No segundo capítulo – **Educação Rural à Educação do Campo** acontece à explicação dos termos Educação Rural e Educação do Campo com o propósito de diferenciar os conceitos e contextualizá-los no decorrer da história da educação para os povos que vivem no campo. A transição da Educação Rural para a Educação do Campo demonstra as conquistas dos sujeitos que vivem no campo e que almejam uma escola que tenha a identidade do campo. Em seguida, o autor apresenta a concepção de currículo do programa do ProJovem Campo-DF que atende aos jovens de 18 a 29 anos com pouca escolarização, que pretendem concluir o Ensino Fundamental e ainda serem

qualificados profissionalmente na perspectiva da agroecologia e da agricultura familiar. No mesmo programa é identificada a intencionalidade de desenvolver o trabalho como princípio educativo, que é o objeto da pesquisa, que é identificar quais os desafios, as possibilidades e as perspectivas da coordenação pedagógica, na pessoa do Coordenador Pedagógico, que no ProJovem Campo-DF recebe a nomeação de Coordenador de Turma. O Coordenador Pedagógico é considerado o profissional imprescindível para a formação continuada dos professores e também é o elo entre a proposta curricular, docentes e estudantes no processo de ensino e aprendizagem para a transformação da realidade da escola do campo.

No terceiro capítulo **Metodologia e Análise de Dados** é o momento importante da pesquisa, onde as respostas do entrevistado e as análises dos documentos oficiais que orientam o programa ProJovem Campo-DF são apresentadas e comentadas, a partir dos referenciais teóricos, com o intuito de inter-relacioná-las com os objetivos da pesquisa, que serviram para o pesquisador identificar que o ProJovem recentemente implantado numa escola do campo em Planaltina-DF. Por isso o Coordenador de Turma demonstra confiança em desenvolver o trabalho como princípio educativo em sua plenitude e assim contribuir de maneira significativa a transformação da realidade da escola do campo e dos sujeitos sócio históricos que estão envolvidos no ProJovem Campo-DF.

CAPITULO II - REFERENCIAL TEÓRICO

1. Educação Rural à Educação do Campo.

A Educação do Campo como direito para os sujeitos que vivem no campo está sendo conquistada depois de décadas de descaso e invisibilidade social por parte dos governantes que consideravam as questões educacionais e sociais para as populações camponesas sem importância, deixando às margens do desenvolvimento social, econômico e educacional tratando a escola com a nomenclatura de rural.

A Educação Rural que traz os resquícios da época da colonização nos primórdios da história do nosso país, onde a classe dominante e governante não deu atenção à educação dos menos favorecidos, onde a zona rural é um território quase esquecido pelos governantes, que não recebe as partilhas das ações e os programas das políticas públicas na mesma proporção da cidade.

Assim, a escola do campo surge tardia e descontinua até as primeiras décadas do século XX. Era destinada a uma minoria privilegiada. Embora o Brasil fosse um país de origem e predominância eminentemente agrária, a educação rural não é sequer mencionada nos textos constitucionais de 1825 e 1891, evidenciando o descaso dos dirigentes e de matrizes políticas culturais centradas no trabalho escravo, no latifúndio e nas ideias educacionais europeias. (SILVA, 2005, p.32)

O esquecimento dos governantes em relação à educação para os povos da zona rural é retratado no final do século XX, da seguinte maneira:

No Brasil, o meio rural apresenta os mais baixos índices de escolaridade de toda a sociedade. O analfabetismo da população rural na faixa etária acima de 15 anos, é de 32,7%, enquanto somente 2% dos jovens que moram no campo, frequentam o ensino médio (IBGE, 1998). O que demonstra a histórica negação – à população do campo – do direito de acesso e permanência na escola, para completar sua formação inicial. (SILVA, 2005, p.31).

Os valores que foram ensinados aos estudantes que frequentavam a escola rural no decorrer deste tempo de abandono dos governantes foram bem transmitidos, pois os conceitos e os preconceitos relacionados ao campo e aos sujeitos que viviam no campo são percebidos até hoje, como por exemplo, em afirmar que o campo é um lugar atrasado; que para ser alguém na vida tem que sair do campo; que a enxada é para o ignorante da roça e a caneta para o doutor da cidade; que o povo da cidade é mais

inteligente que o povo tabaréu da roça; que nasceu para ser burro de carga não serve para cavalo de trote; que a roça não dá camisa pra ninguém, entre tantas outras afirmações que eram transmitidas com tanta veemência, como um mantra que ecoavam nos ouvidos das crianças, dos adolescentes e dos jovens, deixando os estudantes despossuídos da identidade do campo e além do mais com vergonha de seus pais e do local onde nasceram. O exílio era a cidade, pois roça não era lugar de gente.

Agindo de maneira ideológica sórdida, a escola rural cumpriu seu papel de função social a serviço da classe dominante com êxito. No Verbete do Dicionário de Educação Campo, da Editora Expressão Popular, RIBEIRO (2012) recorrer aos autores PETTY, TOMBIM e VERA (1981) para definir e caracterizar o sujeito, o estudante que é atendido na escola rural, como “o destinatário da educação rural é a população agrícola constituída por todas aquelas pessoas para as quais a agricultura representa o principal meio de sustento”. O perfil dos estudantes da escola rural e a educação que era oferecida foram assim apresentados:

os camponeses, ou seja, daqueles que residem e trabalham nas zonas rurais e recebem o menores rendimentos por seu trabalho. Para esses sujeitos, quando existe escola na área onde vivem, é oferecida uma educação na mesma modalidade da que é oferecida às populações que residem e trabalham nas áreas urbanas, não havendo de acordo com os autores, nenhuma tentativa de adequar a escola rural às características dos camponeses ou dos seus filhos, quando estes a frequentam. (RIBEIRO, 2012, p.293).

A educação rural que perpassou pelos primeiros 400 anos da formação da sociedade brasileira, partindo do contato dos portugueses com as tribos indígenas, o regime da escravidão, a formação e consolidação do latifúndio e da exploração da mão-de-obra aos moldes capitalista, que quando não expulsou o agricultor do campo para a cidade, deixou-o no campo sem perspectivas de educar seus filhos com dignidade, causando enormes estragos na personalidade dos sujeitos que vivem no campo.

A transição da educação rural para a Educação do Campo foi um processo lento. Uma semente mesmo plantada num torrão sem muitas condições para a germinação uma profícua e com poucas expectativas de brotar uma planta resistente, a semente germina. A luta dos movimentos sociais para conquistar o direito à educação teve seu início mais redundante a partir da década de 70, onde colocou em sua pauta de reivindicações outro modelo de educação para prestigiar a diversidade dos sujeitos sócio históricos, como afirmou PIRES (2012):

Advinda da organização dos movimentos sociais, a Educação do Campo nasce em contraposição à educação rural, na medida em que reafirma a legitimidade da luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para os sujeitos que vivem e trabalham no campo, de acordo com a bandeira de luta dos povos do campo. (p.14).

A diversidade cultural dos povos camponeses demonstra que o campo é um território vivo, onde temos que ter outro olhar,

Um olhar que projeta o campo como espaço de democratização da sociedade brasileira e de inclusão social, e que projeta seus sujeitos de história e de direitos; como sujeitos coletivos de sua formação enquanto sujeitos sociais, culturais, éticos, políticos. A questão nuclear para as pesquisas e políticas educativas será reconhecer esse protagonismo político e cultural, formador, que está dando especialmente nos movimentos sociais do campo. Tratando desses processos formadores estaremos tratando de educação. (ARROYO, CALDART E MOLINA, 2011, p.12)

Os momentos relevantes e cruciais para a afirmação da Educação do Campo, como direito as populações camponesas aconteceram com as Conferências Nacionais do Campo, realizadas em Luziânia – GO, nos anos de 1998 e 2004. Esses eventos representaram a presença definitiva do termo Educação do Campo e as pautas de reivindicações das populações que vivem no campo, nas diversas representatividades de sujeitos do campo, como afirma ARROYO, CALDART E MOLINA, 2011:

Um projeto popular de desenvolvimento do campo é uma realidade que começa a ser construída. Consequentemente, exige uma educação que prepare o povo do campo para ser sujeito desta construção. Uma educação que garanta o direito ao conhecimento, à ciência e à tecnologia socialmente produzidas e acumuladas. Mas também que contribua na construção e afirmação dos valores e da cultura, das autoimagens e identidades da diversidade que compõe hoje o povo brasileiro. (p. 14).

Uma conquista histórica importante nas políticas públicas educacionais no Brasil que alavancou a Educação do Campo foi a aprovação da LDB 9394/96, que em seu artigo 28, propõe medidas de adequação da escola à vida do campo:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – Adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Com o propósito de construir e ressignificar a identidade da escola do campo nos diversos sistemas de ensino, foi elaborada, aprovada e regulamentada as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução nº: 01, de 03 de abril de 2002, apresenta em seu Artigo 2º, parágrafo único:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do país. (MEC, 2012, p.33).

O ProJovem Campo – DF segue as orientações que são propostas no artigo 4º da Resolução acima citada, pois

O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável. (MEC, 2012, p.34).

A contextualização dos conhecimentos o ensino e aprendizagem dos saberes e fazeres do campo e no campo deve ser integrado com a pluralidade histórica e cultural da comunidade, sem deixar de lado os conhecimentos do núcleo comum exigido pelo MEC.

Art. 5º - As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9396, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. (MEC, 2012, p.34).

O Projeto Político-Pedagógico se configura como um projeto em movimento, flexível, que segue a perspectiva dialética da ação-reflexão-ação, que prioriza a avaliação constante, onde todos os segmentos da comunidade escolar possam redefinir as tomadas de decisões e traçar o caminho para alcançar a qualidade da educação nas escolas do campo, como afirmou CASALI (2005):

Ao colocarmos, com certa urgência, a necessidade de um projeto político-pedagógico de Educação do Campo, afirmado por uma política pública que busque realmente expressar a realidade camponesa o acúmulo de experiências de educação popular, construídas e acumuladas (...) onde muita gente aprendeu a ler e a escrever a partir das lendas dos povos, leituras de mundo das famílias

camponesas. Entendemos que é preciso desentulhar todas as experiências que foram registradas e engavetadas e transformá-las em referenciais para o projeto de Educação do Campo que estamos construindo. Fazem parte deste patrimônio as pedagogias que buscaram incluir o ser humano como sujeito e que muito contribuíram nas trocas de saberes entre trabalhadores e trabalhadoras. (MEC, 2006, p.69).

A construção da identidade da escola do campo perpassa pela ressignificação ou a construção plena do Projeto Político-Pedagógico, não apenas uma conquista da classe dos educadores, mas sim como uma “demarcação” da conquista do direito dos sujeitos sócios históricos e culturais que vivem no campo, que percebem o campo como seu território de direito e por isso percebem que as suas particularidades e singularidades necessitam ser transmitidas nos mais diversos espaços e tempos educativos formais e informais para a presente geração camponesa e as futuras, para que as mesmas possam ter orgulho de serem oriundas do campo.

2. Currículo e o ProJovem Campo – DF

Inúmeros estudiosos não tem uma definição para o termo currículo escolar, pois são as diversas concepções e reflexões que se fazem e que se tem de currículo. Ao perguntar o que é currículo ao grupo de professores pode ter inúmeras respostas, desde que currículo é os conteúdos programáticos até os projetos que estão inseridos no Projeto Político-Pedagógico de uma escola. “A reflexão sobre o currículo está instalada como tema central nos projetos políticos-pedagógicos das escolas e nas propostas dos sistemas de ensino, assim como nas pesquisas, na teoria pedagógica e na formação inicial e permanente dos docentes.” (MEC, 2008, p. 09). As reflexões sobre o currículo são tantas na mesma proporção das indagações do mesmo tema, pois não é um conceito certo e definido.

Na Coleção Indagações do Currículo publicada pelo MEC em 2008, que chegou nas escolas públicas do país, com eixos ou campos que propõem reflexões interessantes sobre as indagações propostas nos eixos para discutir o Currículo: Desenvolvimento Humano; Educandos e Educadores: seus direitos e o currículo; Conhecimento e cultura; Diversidade e Avaliação. As diversas facetas das indagações sobre o currículo, por ser um conceito que apresenta inúmeras concepções, como sugere o texto introdutório da citada coleção: “Cabe a nós, como profissionais da Educação, encontrar as respostas.”

(MEC, 2008, p.09). O que é certo que as indagações e as reflexões sobre o currículo estão:

presentes nas escolas e na teoria pedagógica mostram um primeiro significado: a consciência de que currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos. São uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas. Conhecimentos e práticas expostos às novas dinâmicas e reinterpretados em cada contexto histórico. As indagações revelam que há entendimento de que os currículos são orientados pela dinâmica da sociedade. (MEC, 2008, p 9).

Numa breve história dos currículos, LIMA (2008) nos apresenta que os currículos iniciais surgem no Egito Antigo, na Suméria e na Grécia sendo a escrita, a matemática e as artes como eixo central. A exclusão ao direito de frequentar a escola já era praticado, as minorias permaneciam durante apenas no período de três anos para aprender a ler, enquanto as crianças das classes sociais mais favorecidas aprendiam a ler e a escrever. Os escravos podiam frequentar a escola, aprendiam a ler para ajudar os filhos dos senhores, dos quais eram acompanhantes à escola. O termo pedagogo surge na Roma Antiga, como eram chamados os escravos.

Atualmente no Brasil como aponta ARROYO (2008, p.17), “durante as últimas décadas, o currículo tem sido central nos debates da academia, da teoria pedagógica, da formação docente e pedagógica”. É importante que as reflexões sobre o currículo na trajetória das políticas públicas educacionais em nosso país trouxeram avanços significativos na construção ou redefinição da identidade pessoal e profissional, tanto para o educador quanto o educando. No que tange as identidades pessoais da educadora e do educador, ARROYO afirma:

Por outro lado, as identidades pessoais vêm sendo redefinidas. Identidades femininas, negras, indígenas, do campo. A identificação de tantas e tantos docentes com os movimentos sociais suscita novas sensibilidades humanas, sociais, culturais e pedagógicas, que se refletem na forma de se professora-educadora, professor-educador. Refletem-se na forma de ver os educandos, o conhecimento, os processos de ensinar-aprender. Que indagações sobre o currículo vêm dessa nova identidade pessoal e coletiva dos(as) educadores(as)? (MEC, 2008, p.17)

No que se refere o olhar do educador ao currículo pensando nos educandos, como define Arroyo (2008), que eles são considerados os sujeitos centrais da ação educativa. Ao perceber o educando a partir do viés que é sujeito sócio-histórico do

processo de ensino-aprendizagem, não como mero receptor de informações e sim como agente ativo, crítico, participativo e decisivo nas tomadas de decisão do apreender e aprender o conhecimento significativo, o educador é obrigado a rever os currículos.

À medida que as sensibilidades se voltam para os sujeitos da ação educativa, para nossas identidades e saberes docentes e, sobretudo, para nosso trabalho, e à medida que temos outro olhar sobre os educandos, torna-se obrigatório ter outra visão sobre a prática escolar, os currículos, os tempos e seu ordenamento. (Arroyo, 2008, p. 21)

A concepção de currículo da escola do campo que tem o intuito de embasar o trabalho como princípio educativo deve priorizar e valorizar as identidades dos sujeitos do campo, pois

Essas identidades dos educandos e nossas, tendo como referencial os direitos, nos obrigarão a fazer escolhas sobre o que ensinar e aprender a partir do conhecimento e da cultura, dos valores, da memória e identidade na diversidade a que os educandos têm direito. Significaria inverter prioridades ditadas pelo mercado e definir prioridades a partir do imperativo ético do respeito ao direito dos educandos. (ARROYO, 2008, p.37)

A Educação e a escola do Campo almejadas, CALDART (2011) propõe que é uma educação e de uma escola vinculadas aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural dos diferentes grupos sociais que habitam e trabalham no campo.

O Programa Saberes da Terra baseia-se na construção de um currículo que tem como referência principal formação humana e o modo de produção e reprodução da vida, ou seja, as relações sócio-histórico, políticas e culturais das comunidades do campo e, em âmbito maior, do estado e do país. . (MEC, 2009, p. 37).

A proposta curricular do PROJOVEM Campo-DF que está em fase de construção com a coletividade, onde o trabalho está organizado em setores, que serão desenvolvidos através da organicidade do coletivo, em grupos para planejar, executar e avaliar os diversos setores que tem o trabalho como princípio educativo.

2.1 ProJovem Campo-DF e o Trabalho como Princípio Educativo

Ao rever o currículo partindo da percepção dialética do educando, como sujeito central da ação educativa, que é atendido no ProJovem Campo-DF na perspectiva da

Educação do Campo, é importante que o educador atente o direito que os educandos tem dos saberes sobre o trabalho, pois

O direito ao trabalho é inerente à condição humana, é um direito humano. Reconhecer o direito ao trabalho e aos saberes sobre o trabalho terá de ser um ponto de partida para indagar os currículos. Ter como referente ético o direito dos educandos ao trabalho e o direito aos conhecimentos e saberes dos mundos irá além do referente mercantil, do aprendizado de competências. (Arroyo, 2008, p.26).

O trabalho como princípio educativo está inserido no currículo do ProJovem Campo –DF, pois valoriza, prestigia e reconhece os conhecimentos e os saberes dos sujeitos camponeses como os fios condutores na concepção do processo de ensino aprendizagem do programa. “É preciso não esquecer as formas de trabalho na produção camponesa, na agricultura familiar; a resistência dos povos do campo à destruição dessas formas de produção e trabalho; a resistência a perder seus saberes sobre essas formas de trabalho.” (Arroyo, 2008, p.28).

Os agricultores e as agricultoras são exímios conhecedores dos saberes e dos fazeres do campo, que podem contribuir significativamente com a transmissão dos conhecimentos da terra e suas particularidades, sendo o elo imprescindível da percepção que o trabalho é um direito humano. A proposta do ProJovem Campo-DF tem como foco é o agricultor familiar

O foco do Programa é o jovem agricultor familiar, enquanto familiar, enquanto sujeito histórico, na dialética de sua realidade, problemática, projetos e potencialidades. (...). Nesta perspectiva a organização curricular está fundamentada no eixo curricular articulador Agricultura Familiar e Sustentabilidade que dialogará com os eixos temáticos: Agricultura Familiar: Identidade, Cultura, Gênero e Etnia; Desenvolvimento Sustentável e Solidário com enfoque Territorial; Sistema de Produção e Processos de Trabalho no Campo; Economia Solidária e Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas. Os eixos temáticos agregam conhecimentos da formação profissional e das áreas de estudos para a elevação da escolaridade. (MEC, 2009, p. 37).

O Setor Trabalho está organizado no Programa do ProJovem Campo – DF, onde o tempo trabalho como princípio educativo será desenvolvido a partir do coletivo, estudantes e professores, que serão divididos em grupos de trabalho constituídos em torno de tarefas específicas. Pois Pistrak (2011) considerou que a educação comunista deve orientar a escola em função desses objetivos, colocando-os na base do seu trabalho

pedagógico. Portanto, na base da escola do trabalho da atual fase devem encontrar-se seguintes os princípios: relações com a realidade atual e auto-organização dos alunos.

Cada Setor definirá seu/sua coordenador/a. Os setores são os seguintes:

- 1) Comunicação: responsável pela produção de mídias, audiovisual, jornal, blog e outros.
- 2) Memória: registra a memória da turma que será analisada pelos GOs e depois em plenária para aprovação. Deve propor e realizar o diálogo permanente com a turma para que a memória represente as percepções e compreensões do coletivo.
- 3) Secretaria: organiza as atividades de secretaria necessárias ao desenvolvimento do curso, segundo orientação do Coordenador de Turma.
- 4) Cozinha e refeitório: em diálogo e sob a orientação das cozinheiras limpa o refeitório após o café da manhã de sábado e auxilia na lavagem de louças e panelas. Organiza o coletivo e as condições para que todos os dias cada estudante lave a própria louça do jantar.
- 5) Ciranda: participa das atividades da ciranda, tanto no cuidado das crianças quanto na elaboração de atividades pedagógicas.
- 6) Saúde: organiza uma farmácia verde e controla o uso dos medicamentos e materiais disponíveis. Propõe à cozinha a elaboração de chás de ervas naturais que contribuam para o bem-estar dos estudantes (gripe, estimulante, digestivo, etc.).
- 7) Cultura: propõe e realiza atividades destinadas à socialização e reflexão sobre expressões culturais diversas e resgate da cultura popular.
- 8) Produção: propõe, planeja e executa a produção agroecológica na área da escola. Organiza mutirões para a execução das tarefas, quando for o caso.
- 9) Ambiente: propõe, planeja e executa ações para melhoria do ambiente físico da escola, em diálogo com a direção da escola. (PROMET, 2015, p.1-2)

É perceptível que os estudantes terão conhecimento de autogestão e da realidade com essa metodologia de concretização do trabalho como princípio educativo, como enfatiza a educadora Roseli Caldart na apresentação do livro Fundamentos da Escola do Trabalho de M.M.Pistrak, em seu projeto da Escola Única do Trabalho ou Escola Comuna, na União Soviética nos anos de 1920:

É nesse contexto que se pode compreender porque Pistrak identifica como sendo os dois aprendizados principais que se deve esperar dos educandos: saber lutar e saber construir. É também nesse contexto que se compreende porque discutir sobre uma escola do trabalho porque definir como seus dois grandes fundamentos: as relações da escola com a realidade atual e auto-organização. (CALDART, p.09,2011).

A Coordenação Pedagógica do ProJovem Campo-DF precisa ter habilidade e competência para articular com os sujeitos envolvidos no programa – estudantes e docentes – são atores do processo dialético e dialógico. Ao priorizar o pensamento da coletividade e respeitar a individualidade será o fio condutor da implantação do trabalho como princípio educativo.

A percepção, a compreensão e a aceitação do trabalho como princípio educativo que pode ser facilmente assimilada por uns e por outros não, conseqüentemente os desafios poderão surgir no decorrer do programa; as possibilidades, que podem ser consideradas as potencialidades como a formação do educador pode alicerçar a proposta principal perspectiva do programa que é promover o aumento da escolarização e a profissionalização dos estudantes – agricultores e agricultoras familiares.

A maior contribuição de M.M. Pistrak com a organização da Escola Comuna exposta por CALDART e que podemos aproveitar para a concretização de uma Escola do Campo alicerçada nos princípios do trabalho como princípio educativo foi

Para transformar a escola e para colocá-la, a serviço da transformação social não basta alterar os conteúdos nela ensinados. É preciso mudar o jeito da escola, suas práticas e sua estrutura de organização e funcionamento, tornando-a coerente com os novos objetivos de formação de cidadãos, capazes de participar ativamente do processo de construção da nova sociedade. (CALDART, 2011, p. 08)

Os dois aprendizados principais que se deve esperar dos educandos são: saber lutar e saber construir e compreender a atualidade. Na obra de Pistrak, para Caldart, os três aspectos centrais que os educadores discutem são: reflexões sobre a relação entre escola e trabalho; a proposta de auto-organização dos estudantes e a organização do ensino através do sistema de complexos temáticos. Sendo esses o sistema de complexos temáticos comparados aos temas geradores da escola freiriana.

Os legados ideológicos, políticos e didático-pedagógicos que podem ser extraídos para discutir e implantar num projeto popular revolucionário de educação nas escolas do campo ou até mesmo urbana, para o Brasil se espelhar na obra de Pistrak, Caldart expôs alguns aspectos que foram relacionados de forma sucinta em sete aspectos: Pensar e fazer uma escola que seja educadora do povo; Educação é mais do que ensino; A vida escolar deve estar centrada na atividade produtiva; A escola precisa vincular-se ao movimento social e ao mundo do trabalho; Auto-organização dos educadores como base do processo pedagógico da escola; Pensar um jeito de

desenvolver o ensino que seja coerente com o método dialético de interpretação da realidade; Sem teoria pedagógica revolucionária não há prática pedagógica revolucionária.

Enfim, uso das palavras de CALDART que seguindo as ideias e os ideais de Pistrak afirmou: “quem deve construir a nova escola são os educadores, junto com os educadores e suas comunidades.” A importância de prestigiar o trabalho como princípio educativo na escola do campo é ressaltado por (Freitas, 2010), que nos apresenta a categoria do trabalho socialmente útil:

(...) Já sabemos que o trabalho socialmente útil em suas várias formas (auto-serviço, oficinas, trabalho produtivo, outros) é um elemento chave nesta ligação, uma forma de se conectar o processo educacional à atualidade, à vida. Parte desta conexão à vida, em especial com os grupos mais velhos de estudantes, se resolve pela noção de politecnia. Também sabemos que a categoria da auto-direção, um elemento importante para o desenvolvimento de sujeitos lutadores e construtores do futuro, é uma âncora educativa de grande valor. Como pano de fundo, ainda estão a própria matriz formativa multilateral e os objetivos da educação postos a partir dos interesses e anseios da classe trabalhadora. (...) Para Pistrak e também para Shulgin, o trabalho socialmente é o elo, a conexão segura, entre teoria e prática, dada sua materialidade.(FREITAS, 2010, p. 164-165).

Mesmo estando a quase 100 anos da Escola Comuna – Escola Única do Trabalho, Pistrak (2011) nos remete a uma reflexão e que se faz necessária no contexto da Escola do Campo que pretende ser transformadora:

Que tipo de homens a fase revolucionária em que vivemos atualmente (e que será provavelmente muito longa) exige de nós? À pergunta podemos dar a seguinte resposta: a fase em que vivemos é uma fase de luta e de construção (...) em que cada membro da sociedade compreenda (...) o que é preciso construir (e isto exige a educação na realidade atual) e como é preciso construir. A solução do problema exige a presença e o desenvolvimento das três seguintes qualidades: 1) aptidão para trabalhar coletivamente e para encontrar espaço num trabalho coletivo; 2) aptidão para analisar cada problema novo como organizador; 3) aptidão para criar as formas eficazes de organização. (Pistrak, 2011, p.32-33).

3. Coordenador Pedagógico, profissional imprescindível.

O Coordenador Pedagógico é um profissional da educação imprescindível no cotidiano didático-pedagógico em uma escola.

Esse profissional é o elo entre a teoria e a prática do saber e o fazer na produção de conhecimentos, como LIMA e SANTOS (2007), defendem que o coordenador pedagógico é o agente responsável pela formação continuada de professores, que deve sensibilizar seu saber-fazer de maneira a não unilateralizar as tomadas de decisão, como se tivesse todas as respostas para os encaminhamentos pedagógicos e resoluções de conflitos que inquietam a equipe docente. “A atribuição essencial do coordenador pedagógico está, sem dúvida alguma, associada ao processo de formação em serviço dos professores.” (CHRISTOV, 2006, p.9).

O Coordenador Pedagógico é responsável em propiciar aos seus pares à formação continuada, nos diversos espaços-tempos da coordenação coletiva ou individual para contribuir como o processo da Educação Continuada. Esse termo é escolhido pela autora, pois não concorda com os termos utilizados para designar a formação continuada como treinamento, capacitação, reciclagem, por acreditar que essas nomenclaturas não privilegiam a construção da autonomia intelectual do professor.

A Educação Continuada se faz necessária pela própria natureza do saber e do fazer humanos como práticas que se transformam constantemente. A realidade muda e o saber que construímos sobre ela precisa ser revisto e ampliado sempre. Dessa forma, um programa de educação continuada se faz necessário para atualizarmos nossos conhecimentos, principalmente para analisarmos as mudanças que ocorrem em nossa prática, bem como para atribuirmos direções esperadas a essas mudanças. (CHRISTOV, 2006, p.09).

O perfil do coordenador pedagógico é caracterizado por atribuições que depende da percepção que as equipes gestora e docente da escola tem deste profissional. Em alguns casos esse profissional pode ser o responsável pela formação continuada dos docentes ou ser um mero e burocrático pseudo-administrador do tempo e da presença dos professores no tempo-espaço destinado à coordenação pedagógica.

Em outros casos o coordenador serve para substituir professores na sala de aula, deixando de lado seu planejamento, conseqüentemente deixando lacunas no processo da formação continuada da equipe docente. O cotidiano do coordenador pedagógico nas escolas perpassa por diversos momentos como aponta PLACCO que é

marcado por experiências e eventos que o levam, com frequência, a uma atuação desordenada, ansiosa, imediatista e reacional, às vezes até frenética... Nesse contexto, suas intencionalidades e seus propósitos são frustrados e suas circunstâncias o fazem responder à

situação do momento, “apagando incêndios” em vez de construir e reconstruir esse cotidiano, com vistas à construção coletiva do projeto político-pedagógico da escola. (PLACCO, 2005, p.47).

A autora recorre a MATUS (1991), para definir o trabalho do coordenador pedagógico em atividades com quatro conceitos que são: importância, rotina, urgência e pausa. (grifo meu). Com o auxílio de GONÇALVES (1995) que reorganizou as categorias citadas em pares: IMPORTÂNCIA-ROTINA E URGÊNCIA-PAUSA. Seguindo o pensamento de GONÇALVES (1995) PLACCO (2005) explica os conceitos como:

As atividades de IMPORTÂNCIA são aquelas previstas no projeto político-pedagógico da escola, (...) são estabelecidas como ações prioritárias para o atendimento às necessidades pedagógicas da escola, para a superação de dificuldades ou obstáculos que impedem o avanço dos processos de ensino-aprendizagem e de formação da escola. (...) As atividades de ROTINA cumprem uma importante função de manutenção da escola. (...) As atividades do par IMPORTÂNCIA-ROTINA são planejáveis previamente, constituindo-se em arcabouço da organização escolar, URGÊNCIA-PAUSA são atividades decorrentes da dinâmica da e de necessidades emergentes do cotidiano. As atividades de URGÊNCIA (...) são ações reacionais a eventos ou comportamentos inesperados e, como tal, significam quebra de ROTINAS e atrasos, suspensão ou redirecionamentos de IMPORTÂNCIAS. As atividades de PAUSA (...) rico momento de recomposição de si mesmo, de re-integração de pensamentos, valores e ações, de re-arranjo de modos de conhecer e interpretar o mundo, a si mesmo e aos outros, a tal ponto que transformação pessoais e profissionais possam ali encontrar um valioso nicho. (PLACCO, 2005, p. 48-50).

O coordenador pedagógico necessita entender os conceitos citados para que possam potencializar a sua tomada de decisão no cotidiano escolar em consonância com a gestão escolar ao mesmo tempo conhecer os documentos que regem a escola como Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar e o Currículo, compreender as características dos diversos espaços-tempos, identificar o perfil da equipe docente, dos estudantes e da comunidade escolar, pois assim as categorias IMPORTÂNCIA, ROTINA, URGÊNCIA E PAUSA converteram-se na transformação da realidade da escola.

3.1 Coordenação Pedagógica – Distrito Federal

O Coordenador Pedagógico nas escolas públicas do Distrito Federal é escolhido pela equipe docente no início do ano letivo. Em alguns casos na escolha do coordenador pedagógico numa Escola Classe - unidade de ensino que atende a estudantes do Ensino

Fundamental dos Anos Iniciais -, por exemplo, o professor é um dos mais novos no quadro efetivo da Secretaria Estadual de Educação, menos experiente na equipe, com poucos títulos de cursos de formação continuada, com esses critérios sua pontuação é insuficiente para conseguir uma turma do Bloco Inicial de Alfabetização, assim o professor é convencido pela equipe de exercer a função de coordenador pedagógico, mesmo sem uma gratificação extra.

A Coordenação Pedagógica de acordo com o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal em seu Artigo 20 apresenta que

A Coordenação Pedagógica tem por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas, a fim de dar suporte à Proposta Pedagógica, promovendo ações que contribuam para a implementação das Orientações Curriculares da Secretaria de Estado de Educação em vigor.

No parágrafo único do mesmo artigo, define e cita que a responsabilidade da Coordenação Pedagógica é do Coordenador Pedagógico. Das diversas competências do Coordenador Pedagógico que são apresentadas no Art. 21 (no mesmo Regimento Escolar) e as que estão sendo destacadas abaixo são específicas para a formação continuada da equipe docente, pois é a principal finalidade deste profissional da educação. Assim o Coordenador Pedagógico deverá:

- II- orientar e coordenar a participação docente nas fases de elaboração, de execução, de implementação e de avaliação da Proposta Pedagógica da instituição educacional;
- III – articular ações pedagógicas entre os professores, equipes de direção e da Diretoria da Diretoria Regional de Ensino, assegurando o fluxo de informações;
- IV – divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas, promovidas pela instituição educacional, pela Diretoria Regional de Ensino e pela Subsecretaria de Educação Básica, inclusive as de formação continuada;
- V – estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação das Orientações Curriculares da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, por meio de pesquisas, de estudos individuais e em equipe e de oficinas pedagógicas locais;
- VIII – propor reflexão avaliativa da equipe, objetivando redimensionar as ações pedagógicas;
- IX – propor ações educativas que visem ao avanço de estudos e a recuperação do processo de ensino e aprendizagem.

O Coordenador Pedagógico necessita ser mais prestigiado e receber o apoio irrestrito da equipe gestora para que possa realizar suas atribuições com tranquilidade

sem os percalços do cotidiano escolar e assim contribuir de maneira significativa com a formação continuada dos docentes, para que os espaços-tempos de coordenação coletiva e individual possam ser produtivos, para que a teoria e a prática do processo de ensino-aprendizagem sejam inter-relacionadas com senso educativo transformador da realidade educacional e priorizar o sucesso dos estudantes no decorrer dos processos educativos escolares.

CAPÍTULO III - METODOLOGIA E A ANÁLISE DOS DADOS

A intencionalidade da pesquisa é identificar quais os desafios, as possibilidades e as perspectivas do Coordenador Pedagógico em desenvolver o trabalho como princípio educativo no ProJovem Campo-DF, por isso a pesquisa foi realizada em duas vertentes: a pesquisa exploratória documental e estudo de caso com a abordagem qualitativa.

A escolha da pesquisa exploratória documental foi por causa da necessidade de identificar como o trabalho como princípio educativo está inserido nos documentos oficiais que regem o Programa ProJovem Campo , tanto no âmbito nacional quanto o distrital, pois a pesquisa exploratória “busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto.” (SEVERINO, 2007).

1. Pesquisa exploratória documental

A primeira etapa da pesquisa foi a pesquisa exploratória documental da proposta curricular do Programa de Base – Saberes da Terra-2009, do Ministério da Educação e o PROMET – Projeto de Metodologia do ProJovem Campo-DF-2015.

No documento curricular – Programa de Base – Saberes da Terra-2009, do Ministério da Educação, nas páginas 35 e 36, apresenta o trabalho como princípio educativo de forma sucinta e sem muito aprofundamento o conceito filosófico e sociológico. O trabalho é considerado como prática social e princípio educativo que orienta a teoria e a metodologia do programa. Mas em relação à concepção filosófica e sociológica do trabalho social dos educadores M.M. Pistrak e V. N. Shulgin que foram os idealizadores da Escola Comuna – Escola do Trabalho da União Soviética nos anos 20 do século XX, o programa não traz nenhuma citação para apontar que segue as orientações da práxis didático-pedagógica dos primórdios da educação socialista que valoriza e prestigia o trabalho como eixo norteador do currículo.

No outro documento, o PROMET – Projeto de Metodologia do ProJovem Campo –DF-2015 também não apresenta os princípios e os conceitos do trabalho como princípio educativo idealizado pelos educadores socialistas citados.

A necessidade do aprofundamento dos princípios filosóficos, sociológicos, didáticos e pedagógicos da Escola Comuna – Escola do Trabalho para serem incorporados no currículo e nos tempos educativos da escola do campo, em especial no ProJovem Campo-DF para potencializar os saberes e os fazeres dos sujeitos camponeses e servirem de alicerce para qualificar a Educação do Campo.

No que se refere ao Programa do ProJovem Campo – DF, mesmo sendo desenvolvido pela Secretaria Estadual de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal, o coordenador pedagógico que acompanha a equipe docente recebe o nome de Coordenador de Turma (CT). É escolhido através de seleção aberta publicada e legitimada em edital com os alguns critérios do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra – Programa Nacional de Educação de Jovens Agricultores (as) Familiares Integrada à Qualificação Social e Profissional – Ministério da Educação. Os critérios são:

- Ser educador na rede pública ou por esse contratado;
- Ter formação/habilitação em licenciatura;
- Ter experiência em EJA, Educação do Campo e coordenação pedagógica, organizacional ou de projetos;
- Ter disponibilidade para participar de formação continuada e viagens para planejamentos e acompanhamentos às turmas;
- Ter noções básicas de informática suficientes para as tarefas de elaboração de registros, planejamento, relatórios, cadastro e manutenção de dados no Sistema de Monitoramento do Programa;
- Participar de movimentos sociais e ou associações comunitárias locais. (MEC, 2009, p. 70).

As atribuições do Coordenador de Turma do ProJovem Campo –DF estão apresentadas também no Projeto Base do ProJovem Campo – Saberes da Terra (2009, p.69):

- I. Realizar o acompanhamento pedagógico junto às turmas;
- II. Cumprir as atribuições previstas no sistema de monitoramento, entre as quais, informar, mensalmente, os educandos aptos ou inaptos para receber o auxílio financeiro previsto;
- III. Participar da formação continuada realizada pela Instituição de Ensino Superior pública;
- IV. Organizar e coordenar as reuniões de planejamento pedagógico junto aos educadores;
- V. Apoiar a Coordenação Estadual /Municipal na ação de documentação dos educandos;

- VI. Sob coordenação estadual/municipal, realizar a avaliação dos conhecimentos construídos pelos educandos para estabelecer o processo de desenvolvimento do curso.

O CT do ProJovem Campo – DF foi escolhido depois do processo seletivo da SEEL - DF é oriundo de comunidade campestre do Estado de Goiás. Em sua trajetória pessoal, estudantil e profissional sempre foi um militante do Movimento dos Sem Terra. Morador de assentamento, estudante e professor de escola, localizada no campo, que tinha currículo na perspectiva da Educação Rural, lembrando RIBEIRO (2012), pois os sujeitos que vivem na zona rural recebem uma educação nos moldes e características urbanas, sem a intenção de adequar as identidades sócias históricas dos estudantes campestres.

O citado educador propôs e desenvolveu numa escola de Ensino Fundamental e Médio, na zona rural do município de Formosa no Estado de Goiás, onde no período que exerceu o cargo de diretor da escola da sua comunidade campestre e mesmo com falta de apoio e desconfiança dos responsáveis pela Educação nos âmbitos municipal e estadual conseguiu transformar a realidade da escola e da sua respectiva comunidade escolar. O CT pretende contribuir com a transformação da Educação Rural para a Educação do Campo na plenitude das ações, atitudes e concepções filosóficas e didático-pedagógicas para que os sujeitos históricos (os estudantes e os educadores) possam sentir-se pertencentes à Escola do Campo de maneira significativa e representativa aos interesses, desejos, sonhos e utopias das populações que vivem no campo.

O profissional está confiante em desenvolver o trabalho como princípio educativo no ProJovem Campo-DF, pois mesmo como todos os problemas que são encontrados, que dificultam a implantação do propósito educacional para a escola do campo, como a estrutura da escola e a percepção do estudante em relação ao trabalho (não como princípio educativo), as possibilidades e as perspectivas almejadas para o sucesso do programa poderão ser atingidas no fim do ciclo do programa, que são a escolaridade esperada e a qualificação profissional para os estudantes atendidos.

A segunda etapa da pesquisa foi o estudo de caso, para SEVERINO (2007), o estudo de caso é “a pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo.” O sujeito da pesquisa foi o Coordenador de Turma

do Programa ProJovem Campo-DF, que acompanha sete turmas. O instrumento de coleta e análise dos dados foi o questionário com 17 questões objetivas e subjetivas para o coordenador pedagógico.

A intenção inicial do projeto de pesquisa foi acompanhar o coordenador da turma e os professores para observar e constatar como está sendo desenvolvido o planejamento das atividades didático-pedagógicas do Programa, que é realizado nas segundas-feiras, com o intuito de identificar como o trabalho como princípio educativo está sendo incorporado nos diversos espaços-tempos do cotidiano escolar, dentro e fora do espaço escolar, identificar e reconhecer as divergências, as convergências e as atitudes, as ações e as tomadas de decisões, as avaliações e as metas alcançadas pelos sujeitos históricos dos segmentos do processo de ensino-aprendizagem (coordenadores, professores e estudantes) no planejamento, a execução e a avaliação das diversas etapas dos Tempos Educativos que fazem parte do ProJovem Campo-DF.

A organização do Tempo Escola e Tempo Comunidade, que é regido no princípio de alternância, onde uma quinzena mensal, de terça-feira a sábado, os estudantes frequentam a escola no turno noturno e na outra quinzena os estudantes participam de atividades didático-pedagógicas com o acompanhamento dos docentes, em suas próprias comunidades campesinas, voltadas para a Agricultura Familiar. Assim por causa desta programação específica e singular do Programa, não foi possível acompanhar o momento da coordenação coletiva.

1. A pesquisa com o Coordenador de Turma

A pesquisa teve como participante o Coordenador da Turma, nome que recebe o educador que coordena e orienta os professores no programa ProJovem Campo-DF. Como método de identificação do sujeito pesquisado – O Coordenador de Turma – será usado a sigla CT. Tem como duas atribuições principais: realizar o acompanhamento pedagógico junto às turmas e organizar e coordenar as reuniões de planejamento pedagógico junto aos educadores, identificadas no Projeto Base ProJovem Campo – Saberes da Terra – MEC.

Ao participar da pesquisa, o pesquisado, CT, recebeu por e-mail pessoal um questionário composto de 17 questões abertas e subjetivas, que assim poderia expor de maneira mais subjetiva as suas reflexões e percepções do Programa e conseqüentemente

contribuir para identificar quais são os desafios, as possibilidades e as perspectivas do coordenador pedagógico em desenvolver o trabalho como princípio educativo no ProJovem Campo – DF.

Para início da reflexão foi proposto à primeira pergunta, para que o CT possa identificar *os três principais problemas que dificultam em desenvolver o trabalho como princípio educativo no ProJovem Campo – DF*. O mesmo citou que a “concepção política e ideológica dos estudantes, a compreensão da formação a partir do trabalho por parte dos estudantes e a carga horária de Tempo Escola, pois as aulas são no noturno e o espaço precisa ser adequado.”.

A fala do Coordenador de Turma apresentou que os problemas em implantar e desenvolver o trabalho como princípio educativo perpassa na formação do estudante, que traz em sua participação no Programa do ProJovem Campo-DF como agentes passivos, pois não compreendem a importância de seu papel no processo de ensino-aprendizagem, assim o CT deve constantemente seguir as contribuições de MATUS (1991), de PLACOO (2005) e GONÇALVES (1995) perceber AS IMPORTÂNCIAS - ROTINAS, AS URGÊNCIAS-PAUSAS para assim promover ações e tomadas de decisões que possam demonstrar aos estudantes que são “sujeitos ativos centrais da ação educativa” como afirmou ARROYO (2008). Agindo assim o Coordenador de Turma pode diminuir e/ou amenizar os problemas encontrados no cotidiano escolar. Ao conhecer os sujeitos sócios históricos envolvidos e num processo dialético junto com a equipe docente, os próprios estudantes e a comunidade escolar possam transformar a realidade

À medida que as sensibilidades se voltam para os sujeitos da ação educativa, para nossas identidades e saberes docentes e, sobretudo, para nosso trabalho, e à medida que temos outro olhar sobre os educandos, torna-se obrigatório ter outra visão sobre a prática escolar, os currículos, os tempos e seu ordenamento. (ARROYO, 2008, p. 21).

Na segunda questão foi solicitado para o CT enumerar *as três condições que são favoráveis para o desenvolvimento do trabalho como princípio educativo no ProJovem Campo – DF*, onde foram apontadas as seguintes condições que contribuem com o desenvolvimento da proposta ideológica e filosófica didático-pedagógica: “1- PPP e PROMET do curso; 2- Formação dos educadores do curso. Pois na sua maioria foram formados na perspectiva da Educação do Campo; 3 - A vontade de fazer diferente dos envolvidos no programa.”

O Coordenador de Turma ao apontar as condições positivas, que podem ser nomeadas como as potencialidades, para promover a transformação da realidade da escola do campo, através do trabalho como princípio educativo, como a oficialização dos documentos vigentes que orientam o programa, os pressupostos ideológicos, filosóficos nas ações e nas tomadas de decisões didático-pedagógicas, a formação pessoal e profissional do coordenador pedagógico e do corpo docente são fatores cruciais e demonstram que é possível construir a identidade da escola do campo, que possam respeitar a diversidade dos sujeitos históricos do campo e que possam refletir tanto no Projeto Político-Pedagógico e no Currículo como ARROYO (2008) afirmou que as identidades pessoais devem ser conhecidas e respeitadas, pois

A identificação de tantas e tantos docentes com os movimentos sociais suscita novas sensibilidades humanas, sociais, culturais e pedagógicas, que se refletem na forma de se professora-educadora, professor-educador. Refletem-se na forma de ver os educandos, o conhecimento, os processos de ensinar-aprender. (ARROYO, 2008).

Para contribuir com a possibilidade de construção da identidade da escola do campo que respeite as populações camponesas CASALI (2006) reconhece “a necessidade de um projeto político-pedagógico de Educação do Campo, afirmado por uma política pública que busque realmente expressar a realidade camponesa o acúmulo de experiências de educação popular, construídas e acumuladas”. (MEC, 2006, p.69). E como ressaltaram ARROYO, CALDART e MOLINA (2011), o desenvolvimento do campo perpassa pela construção e desenvolvimento de um projeto popular, pois a educação do campo tem que preparar o sujeito para a construção deste projeto educacional.

A Educação do Campo como projeto transformador da realidade camponesa traz princípios e matrizes singulares e específicos que colocam os sujeitos sócio-históricos que residem e trabalham no campo como responsáveis pela sua educação, capazes de entender e compreender a realidade que vivem, sendo ativos, participativos, críticos e acima de tudo são sujeitos que têm direito de permanecer no campo alicerçado por um projeto educacional que respeitem, valorizem, dignifiquem e perpetuem os saberes e conhecimentos no presente e às futuras gerações camponesas.

Na terceira questão foi indagado a responder: *Qual é a meta principal (perspectiva) da Coordenação Estadual do Programa, na pessoa do coordenador de turma, no período de dois anos, quando termina o período de estudos desta turma*

inicial? Para CT, “a meta principal é que o curso possa contribuir na transformação nas comunidades dos estudantes e que os mesmos possam ter a formação profissional (agricultura familiar com ênfase em agroecologia) e conclusão do Ensino Fundamental.”.

A principal meta do curso que prestigia a contribuição na transformação dos contextos social e profissional dos estudantes do programa ProJovem Campo-DF é importante para que a autonomia dos sujeitos camponeses possa ser atingida, pois é necessário fortalecê-los através da educação formal e qualificando profissionalmente nos conceitos da agricultura familiar na perspectiva da agroecologia, pois a transformação será ampla tanto sentido humano quanto do meio ambiente. Consequentemente os agricultores e as agricultoras atingirão a plena transformação de sua realidade quando realizarem a convergência dos saberes e dos fazeres do campo com os conhecimentos científicos e acadêmicos exigidos nas propostas curriculares numa convivência harmoniosa, sendo a escola uma aliada dos sujeitos do campo para que os mesmos possam permanecer no território onde suas “raízes” históricas e culturais estão fincadas.

As questões 09, 10 11 e 12 são relacionadas e estão em consonância com *a proposta curricular e com as metas do Programa ProJovem*, onde o CT afirmou que “A proposta curricular é usar as ciências da base comum do currículo da EJA do GDF com as matrizes pedagógicas da Educação do Campo.”.

As intenções/as metas do Programa no que se refere à profissionalização dos estudantes o CT ressaltou a meta principal de todos que estão envolvidos como Programa é a “formação profissional em agricultura familiar com ênfase em agroecologia. Mudar as práticas de produção das famílias dos estudantes.”.

Os eixos temáticos curriculares que estão sendo trabalhados no I semestre são: “gênero, raça e etnia.” E que *a organização dos tempos educativos:* Tempo-Escola e Tempo-Comunidade do Programa são realizados da seguinte maneira: “os Tempos Escolas são feitas a cada quatro semanas na escola e duas semanas nas comunidades. A proposta é fazer relação dos conteúdos com a vida dos estudantes.”.

A meta principal (perspectiva) do Programa que o Coordenador de Turma apontou que é a transformação da realidade dos estudantes, que os mesmos possam ter a

formação profissional e concluir a escolaridade do Ensino Fundamental sendo a intenção do PROGRAMA PROJOVEM CAMPO – SABERES DA TERRA – SECADI/MEC (2009) que traz a primordial meta do programa que é a conclusão da escolaridade do jovem agricultor e os eixos temáticos que tenham a função de agregar “os conhecimentos da formação profissional e das áreas de estudos para a elevação da escolaridade”. (MEC, 2009).

O trabalho como princípio educativo é apontado intrinsecamente na proposta curricular do programa e no agir do CT e do corpo docente.

Ao promover a organização dos tempos educativos, tanto na escola quanto na comunidade, os educadores propõem atividades didático-pedagógicas que possibilitem que os sujeitos camponeses sintam-se como integrantes ativos, críticos e participativos do processo de ensino e aprendizagem da escola do campo. São motivados a reconhecer que o trabalho do campo no ambiente da agricultura familiar na perspectiva da agroecologia é um dos elementos didático-pedagógico que compõem a proposta curricular e que ao desenvolver os fazeres do cotidiano do campo no tempo-comunidade com o acompanhamento dos professores estão simultaneamente desenvolvendo as atividades escolares.

Em seguida, o pesquisado foi solicitado a falar sobre *o perfil da turma*, quantidade de estudantes matriculados e quantos frequentam regularmente as aulas do programa, local de residência e quais os critérios para participar do curso, sendo respectivamente as questões 05, 06, 07 e 08. CT respondeu: “Estão matriculados e frequentando regularmente 108 estudantes, sendo moradores de assentamentos e agrovilas circunvizinhos da escola no campo em Planaltina-DF”. Foram formadas sete turmas. A composição e o perfil da turma seguem os critérios cruciais da identidade de sujeitos camponeses, sujeitos de direito, como os definem assim ARROYO, CALDART e MOLINA (2011) e ARROYO (2008).

Em relação às atribuições do Coordenador Pedagógico – Coordenador de Turma do Programa ProJovem-DF, foram elaboradas as questões 13 a 16 do questionário que CT respondeu assim:

O Coordenador participa da (re) construção da proposta curricular do programa, para adaptar-se a realidade dos estudantes do ProJovem Campo – DF?

(Questão 11) Resposta: Sim, só o coordenador, mas todos os educadores participam das tomadas de decisão referente ao programa. Na questão 14 do questionário tinha a intenção de instigar do CT *sobre os dois tempos educativos do Programa, que são Tempo-Escola e Tempo-Comunidade, como é a participação do Coordenador de Turma*. O mesmo respondeu que: “são fundamentais, os mesmo estão explícitos na PROMET, sugiro a leitura, esses espaços são de extrema importância para a construção da formação dos estudantes para se organizarem e construção ideológica sobre uma sociedade mais justa.” (CT). Os Tempo-Escola e o Tempo-Comunidade são definidos na PROMET (Projeto Metodológico) do ProJovem Campo-DF, onde os estudantes frequentam a escola durante um período e outro período ficam em sua comunidade.

No que se refere às ações didático-pedagógicas do Tempo-Escola, que são diversas, que tem a decisão e a participação do coletivo escolar, que podem ser desde a comunicação até a melhoria do ambiente. As do Tempo-Comunidade são realizadas na comunidade de cada estudante, que são acompanhadas pelos professores e o coordenador pedagógico seguindo os eixos da Agricultura Familiar e Sustentabilidade. (MEC, 2009). A questão 16 teve a seguinte pergunta: *Como é o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes nos dois tempos educativos: Tempo Escola e Tempo Comunidade?* A resposta do CT foi:

No Tempo Escola o processo de ensino é distribuído por área do conhecimento e tempo orgânico.

Na Comunidade, os estudantes são acompanhados pela coordenação e professores nas comunidades uma vez por semana.

Na questão 14.1 foi perguntado *como é realizado o tempo da coordenação coletiva?* CT respondeu: “Uma vez por semana em um período e durante a semana as áreas se juntam para planejamento na escola.” *E quem são os atores que participam da coordenação coletiva?* (questão 14.2). A resposta do CT: Coordenação geral, coordenador de turma e professores do programa. Na questão 15, o CT foi perguntado *se a equipe no momento do planejamento segue uma proposta curricular, qual e como foi construída*. A resposta foi: “a proposta curricular é o conhecimento da base comum da EJA do GDF e os cadernos do programa que trazem em suas bases epistemológicas a formação do sujeito camponês.” (CT). A última questão do questionário foi relacionada com o trabalho como princípio educativo. A questão foi essa: *Como é planejado, desenvolvido e avaliado o trabalho como princípio educativo*

na rotina didático-pedagógica nos dois tempos educativos (Tempo-Escola e Tempo-Comunidade) do ProJovem Campo-DF? O Coordenador de Turma (CT) respondeu:

A proposta do planejamento e avaliação dos tempos educativos, em específico o trabalho como princípio educativo, é construído coletivamente pelos educadores, a partir da demanda do programa e a especificidade do coletivo de educandos. A proposta não é fechada e está sempre em reformulação e avaliação.

Dessa forma de atuação o Coordenador de Turma apresenta de forma objetiva que suas principais atribuições como são definidas tanto documentos que regem e recomendam a função de Coordenador Pedagógica da SEEDF, Programa ProJovem – Campo – Saberes da Terra – MEC/SECAD - Edição 2009, que enfatizam e convergem com os pensamentos de MATUS (1991), GONÇALVES(1995), PLACOO (2005), CHRISTOV (2006), onde todos apontam o Coordenador Pedagógico como elo entre a teoria e prática, sendo assim o profissional essencial e imprescindível no cotidiano escolar para transformar a realidade escolar.

CONCLUSÃO

O objetivo da pesquisa foi identificar quais os desafios, as possibilidades e as perspectivas do Coordenador Pedagógico em desenvolver o trabalho como princípio educativo, baseado no Programa do ProJovem Campo-DF.

A pesquisa exploratória documental demonstrou que o trabalho como princípio educativo como propôs M.M. Pistrak e os demais educadores socialistas no início do século passado na Escola-Comuna soviética, para que os estudantes possam desenvolver a autogestão e ter conhecimento da realidade ainda não é implantado na proposta curricular do Programa ProJovem Campo-DF, mesmo que tenha como um dos eixos do processo educativo. É importante ressaltar que o ProJovem Campo-DF é um programa que está na fase inicial, pois teve seu início no final do mês de agosto deste ano, assim as propostas didático-pedagógicas que são propostas no Projeto Base – Saberes da Terra – SECAD/MEC serão discutidas, refletidas, analisadas e incorporadas na proposta curricular dos próximos PROMET (Projeto Metodológico) do ProJovem Campo-DF.

Através das informações obtidas com a informação com a aplicação do questionário pode se conhecer as dificuldades apontadas pelo Coordenador de Turma ao evidenciar os principais problemas que dificultam o desenvolvimento do trabalho como princípio educativo no cotidiano escolar do ProJovem Campo-DF e afetam a transformação a realidade da educação do campo, que são: a formação ideológica e política dos estudantes, a compreensão que os estudantes tem do sentido do trabalho, que não é a perspectiva do trabalho como princípio educativo e sim, como o trabalho sendo algo degradante, no sentido do capitalismo e as limitações do horário das aulas. Em contrapartida, os aspectos favoráveis que podem servir de potencialidades para mudar o quadro apresentado é a formação pessoal- profissional e a vontade dos educadores de fazer a diferença no processo de ensino-aprendizagem.

O Coordenador Pedagógico acredita que durante o período de dois anos a proposta do trabalho como princípio educativo poderá ser implantado e implementado no cotidiano escolar nos diversos tempos educativos e assim transformar a Educação do Campo. Para isso acontecer sugiro que é necessário que o coletivo que compõem o Programa ProJovem Campo-DF (equipe gestora, coordenadores , docentes e estudantes) aprofunde os estudos nas concepções teóricas de M.M. Pistrak e outros educadores socialistas, para que todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem possam

compreender, adquirir, transmitir e desenvolver os princípios da auto-organização e conhecimento da realidade para que o trabalho como princípio educativo possa ser responsável pela transformação do tempo educativo na escola do campo. Essa ação e tomada de decisão por parte da coletividade do Programa, poderá ser uma linha de pesquisa futura, que é como a Coordenação Pedagógica, no papel do Coordenador de Turma promoverá essa formação continuada no decorrer Programa ProJovem Campo-DF. Os objetivos da pesquisa foram atingidos, pois foram identificados os principais problemas que o Coordenador Pedagógico enfrenta no cotidiano escolar para desenvolver o trabalho como princípio educativo no processo de ensino-aprendizagem. As possibilidades foram verificadas, através do sujeito sócio histórico (Coordenador Pedagógico), que acredita que são satisfatórias e otimistas e que as metas possam ser atingidas no decorrer do Programa ProJovem Campo-DF possibilitando que a concretização do trabalho como princípio educativo possa contribuir com a transformação da realidade da escola do campo e da vida dos sujeitos sócio históricos, tanto do docente e principalmente dos estudantes que almejam a qualidade social e profissional.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica (Org.). **Por uma educação do campo**. 5. ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Indagações sobre currículo: Os educandos, seus direitos e o currículo**. / [Miguel Gonzáles Arroyo]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Snadra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

BRASIL. **I Conferência Nacional por uma Educação do Campo** – CNEC, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/doc_final.pdf

_____. **II Conferência nacional de Educação do Campo**, 2004, Luziânia/GO. Declaração Final: Por uma Política de Educação do Campo, mimeo

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos**. Brasília: SECADI, 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Projeto Base Projovem Campo – Saberes da Terra**. Brasília : SECADI, 2009.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO. **Dicionário da Educação do Campo** – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CHRISTOV, Luiza Helena da Silva. **O Coordenador pedagógico e a educação continuada**. 9. ed. São Paulo/SP ; Edições Loyola, 2006, p. 10-20.

DISTRITO FEDERAL. **Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos. **A Escola Única do Trabalho: explorando os caminhos da construção**. Cadernos do ITERRA n.15, Set, 2010.

LIMA, Elvira S. **Indagações sobre currículo : Currículo e Desenvolvimento Humano** [Elvira Souza Lima] ; organização do documento Jeanete Beauchamp, Snadra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

PIRES, Ângela Monteiro. **Educação do campo como direito humano**. São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção educação em direitos humanos; v.4).

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **A escola-comuna**; tradução de Luiz Carlos de Freitas e Alessandra Marenich. São Paulo : Expressão Popular,2009.

_____.**Fundamentos da escola do trabalho**; tradução de Daniel Aarão Reis Filho –3.ed. – São Paulo : Expressão Popular, 2011.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. **O coordenador pedagógico no confronto com o cotidiano da escola**. In: ALMEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M. N. S. (org.). O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola. 3. ed. São Paulo/SP: Edições Loyola, 2005, p. 47-60.

SEEDF. **Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação**. . Subsecretaria de Educação Básica. Brasília – DF, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. – 23. ed. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria do Socorro. **Educação Rural: sustentabilidade do campo / org.** Francisca Maria Carneiro Baptista e Naidison de Quintella Baptista – Feira de Santana, Ba: MOC; UEFS; (PERNAMBUCO): SERTA, 2005 – 2ª Edição.

APÊNDICE - A



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

Questionário da Pesquisa

Entrevistado: Coordenador de Turma ProJovem Campo – DF.

O título da monografia é o **Trabalho como Princípio Educativo: os desafios, as possibilidades e as perspectivas da Coordenação Pedagógica na Escola do Campo – ProJovem Campo – DF**. O questionário é composto de 17 questões abertas e que prezam a subjetividade do entrevistado, que nesse caso é o Coordenador Pedagógico de Turmas do Programa ProJovem Campo – DF para o mesmo apresentar de maneira sucinta a proposta do citado Programa. O objetivo da pesquisa é de compreender como é a participação da Coordenação Pedagógica na implantação e desenvolvimento do trabalho como princípio educativo, um dos pilares da Educação do Campo.

Desde já agradeço a sua contribuição com essa pesquisa, pois disponibilizará e oferecerá seu precioso tempo em responder o questionário.

1. Cite os três principais problemas que dificultam em desenvolver o trabalho como princípio educativo no ProJovem Campo – DF?

- Concepção política e ideológica dos estudantes;
- Compreensão da formação a partir do trabalho por parte dos estudantes
- Carga horária de Tempo Escola, pois as aulas são no noturno e o espaço precisa ser adequado.

2. Enumere três condições que são favoráveis para o desenvolvimento do trabalho como princípio educativo no ProJovem Campo – DF?

- PPP e Promet do curso;
- Formação dos educadores do curso. Pois na sua maioria foram formados na perspectiva da Educação do Campo.
- A vontade de fazer diferente dos envolvidos no programa;

3. Qual é a meta principal (perspectiva) da Coordenação Estadual do Programa, na pessoa do coordenador de turma, no período de dois anos, quando termina o período de estudos desta turma inicial?

A meta principal é que o curso possa contribuir na transformação nas comunidades dos estudantes e que os mesmos possam ter a formação

profissional (agricultura familiar com ênfase em agroecologia) e conclusão do Ensino Fundamental;

4. Quantos alunos estão matriculados?

108 estudantes

5. Quantos alunos frequentam regularmente?

108

6. Quantas turmas foram formadas?

7 turmas

7. Os estudantes residem e trabalham no campo?

Todos, em assentamentos e agrovilas;

8. Quais são os critérios que são observados para o estudante ser matriculado no Programa?

Ser morador do campo, ou ter um envolvimento direto no campo;

9. Como é a proposta curricular do ProJovem Campo – DF?

A proposta curricular é usar as ciências da base comum do currículo da EJA do GDF com as matrizes pedagógicas da Educação do Campo; Sugiro fazer a leitura do PPP e da Promete do curso.

10. Quais as intenções/metast do programa em profissionalizar os estudantes participantes?

Formação profissional em agricultura familiar com ênfase em agroecologia. Mudar as práticas de produção das famílias dos estudantes.

11. Quais os eixos temáticos que são trabalhados no I semestre do Programa?

Gênero, raça e etnia.

12. Como é organização dos tempos educativos: Tempo-Escola e Tempo-Comunidade do Programa?

Os Tempos Escolas são feitas a cada 4 semanas na Escola do CEF Pípiripal e 2 semanas nas comunidades. A proposta é fazer relação dos conteúdos com a vida dos estudantes.

13. O Coordenador participa da (re) construção da proposta curricular do programa, para adaptar-se a realidade dos estudantes do ProJovem Campo – DF?

Sim, só o coordenador, mas todos os educadores participam das tomadas de decisão referente ao programa.

14. Em relação ao espaço-tempo:

São fundamentais, os mesmo estão explícitos na PROMET, sugiro a leitura, esses espaços são de extrema importância para a construção da formação dos estudantes para se organizarem e construção ideológica sobre uma sociedade mais justa.

14.1. Como é realizado o tempo da coordenação coletiva?

Uma vez por semana em um período e durante a semana as áreas se juntam para planejamento na escola.

14. 2. Quem são os atores que participam da coordenação coletiva?

Coordenação geral, coordenador de turma e professores do programa.

15. Seguem uma proposta curricular? Qual? Como foi construída?

A proposta curricular é o conhecimento da base comum da EJA do GDF e os cadernos do programa que trás em suas bases epistemológicas a formação do sujeito camponês.

16. Como é o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes nos dois tempos educativos: Tempo Escola e Tempo Comunidade?

No Tempo Escola o processo de ensino é distribuído por área do conhecimento e tempo organicidade.

Na Comunidade, os estudantes são acompanhados pela coordenação e professores nas comunidades uma vez por semana.

17. Como é planejado, desenvolvido e avaliado o trabalho como princípio educativo na rotina didático-pedagógica nos dois tempos educativos (Tempo-Escola e Tempo- Comunidade) do ProJovem Campo – DF:

A proposta do planejamento e avaliação dos tempos educativos em específico o Trabalho como Princípio educativo é construído coletivamente pelos educadores, a partir da demanda do programa e a especificidade do coletivo de educandos. A proposta não é fechada e está sempre em reformulação e avaliação.

APÊNDICE - B

PROJOVEMCAMPO DF

Turma 2015 – Escola..... – Planaltina – DF

Projeto Metodológico - Etapa 1

Início: 23 de agosto

I. Organização do Tempo Escola

O Tempo Escola, realizado em Brasília, está estruturado em Tempos Educativos que visam organizar o tempo pessoal e o tempo coletivo dos estudantes em relação às tarefas necessárias aos objetivos do processo formativo pretendido, em consonância com os princípios da Educação do Campo e do Projovem.

Para esta primeira de curso os tempos educativos indicados são os seguintes:

- Tempo Abertura : às terças e quintas, iniciando as atividades do dia com atividades simbólicas que, utilizando diversas linguagens, apresentem as questões do campo, da educação do campo, dos movimentos sociais e sindicais, das lutas caponesas, etc. É tarefa dos GOs, com orientação dos docentes de linguagem, segundo escala elaborada pelo coordenador de turma e.
- Tempo Estudo: tempo diário, destinado ao desenvolvimento do programa proposto pelo Projovem, aliando os saberes populares aos saberes escolares do Ensino Fundamental e à qualificação social e profissional, conforme planejamento docente a partir da metodologia e material fornecidos pelo Projovem.
- Tempo Alimentação : tempo diário para alimentação dos estudantes, acompanhado pelos setores de cozinha e saúde, de forma a garantir que a alimentação seja uma oportunidade de exercício da coletividade e de aprendizado sobre a alimentação na manutenção da vida.
- Tempo Análise de Conjuntura: tempo quinzenal, realizado aos sábados, com o objetivo de debater questões emergentes na sociedade em relação à luta da classe trabalhadora e a questão agrária na atualidade.
- Tempo Organicidade: destinado às atividades das instâncias de organicidade: Grupo de Organicidade, Coordenação Político-pedagógica, Setor de Trabalho e Plenária da Turma.
- Tempo Trabalho: aos sábados, destinado à realização de tarefas e serviços necessários à manutenção dos espaços coletivos e para o adequado funcionamento do curso. Será realizado pela vinculação de cada estudante a um dos setores de trabalho.

II. Setores de Trabalho

O tempo trabalho será desenvolvido a partir dos grupos de trabalho constituídos em torno de tarefas específicas. Cada Setor definirá seu/sua coordenador/a. Os setores são os seguintes:

1. Comunicação: responsável pela produção de mídias, audiovisual, jornal, blog e outros.
2. Memória: registra a memória da turma que será analisada pelos GOs e depois em plenária para aprovação. Deve propor e realizar o diálogo permanente com a turma para que a memória represente as percepções e compreensões do coletivo.
3. Secretaria: organiza as atividades de secretaria necessárias ao desenvolvimento do curso, segundo orientação do Coordenador de Turma.
4. Cozinha e refeitório: em diálogo e sob a orientação das cozinheiras limpa o refeitório após o café da manhã de sábado e auxilia na lavagem de louças e panelas. Organiza o coletivo e as condições para que todos os dias cada estudante lave a própria louça do jantar.
5. Ciranda: participa das atividades da ciranda, tanto no cuidado das crianças quanto na elaboração de atividades pedagógicas.
6. Saúde: organiza uma farmácia verde e controla o uso dos medicamentos e materiais disponíveis. Propõe à cozinha a elaboração de chás de ervas naturais que contribuam para o bem-estar dos estudantes (gripe, estimulante, digestivo, etc.).
7. Cultura: propõe e realiza atividades destinadas à socialização e reflexão sobre expressões culturais diversas e resgate da cultura popular.
8. Produção: propõe, planeja e executa a produção agroecológica na área da escola. Organiza mutirões para a execução das tarefas, quando for o caso.
9. Ambiente: propõe, planeja e executa ações para melhoria do ambiente físico da escola, em diálogo com a direção da escola.

III. Instâncias de Organicidade

Destinadas à vivência de experiências formativas da dimensão organizativa dos sujeitos, as instâncias propostas para esta etapa são as seguintes:

- Grupo de Organicidade - GO: espaço de acolhida, destinado ao encontro dos membros de cada GO para atividades relacionadas ao processo organizativo da coletividade, tarefas de co-gestão do curso e estudos específicos, com a intencionalidade de formação da autonomia dos educandos. É a base de organização do coletivo, espaço primeiro de fortalecimento da afetividade e de identificação de problemas e questões que devem ser resolvidas dentro desta instância, caso diga respeito apenas aos membros do Grupo; ou encaminhadas para as instâncias seguintes quando forem relacionadas a questões do curso como um todo. Do tempo organicidade GO participam todos os membros de cada grupo, coordenados por um dos estudantes eleito ao início de cada etapa.

- Setor de Trabalho – ST: É a base de organização do trabalho, compreendido como dimensão formativa do educador. O trabalho tem como objetivo proporcionar aos estudantes oportunidade de tomar parte na manutenção das condições materiais da vivência coletiva. Assim exercitam o princípio de solidariedade e cuidado com o outro, gerindo o próprio espaço de convivência. Do tempo organicidade ST participam os membros de cada setor, coordenado por um dos estudantes eleito pelo coletivo do setor no início da etapa.

- Coordenação Político Pedagógica – CPP: reúne a equipe de coordenação pedagógica do curso, composta por educadores, coordenadores de GO e coordenadores de ST, para tratar do planejamento e re-planejamento pedagógico da etapa, duas vezes por TE, no início e no final.

- Plenária da turma: espaço que reúne todos os estudantes para momentos de estudo, avaliação, reflexão e tomada de decisões a respeito do curso, das relações interpessoais e questões da organicidade.

IV. Instrumentos da Alternância

- Mutirão;
- Atividades culturais (TE e TC)
- Seminário Integrador TC/TE: realizado nos primeiros dias da etapa com o objetivo de compartilhar e refletir sobre as atividades desenvolvidas em Tempo Comunidade pelos estudantes.
- Seminário de Preparação do Tempo Comunidade: realizado ao final da etapa, tem como objetivo planejar coletivamente e definir a proposta para o Tempo Comunidade seguinte.
- Seminário de Avaliação da etapa: realizado no último dia da etapa com o objetivo de avaliar a etapa, identificando necessidades de mudança e novas propostas no sentido de projetar a etapa seguinte.

V. Oficinas

- Informática
- Registro (letramento)

VI. Avaliação

A avaliação será trabalhada como uma estratégia processual, considerando as diferentes dimensões da formação dos educandos/das.

Instrumentos:

- Ficha individual de acompanhamento dos estudantes (pelo coletivo de educadores)
- Avaliação em GO
- Auto-avaliação
- Portfólio

Critérios:

- Presença no Tempo Escola
- Realização das atividades propostas no TE
- Desenvolvimento das atividades planejadas para o TC
- Portfólio

- VII. Cronograma

O curso será organizado em 5 etapas, cada uma delas composta de vários tempos escola e tempos comunidade, conforme as condições da realidade e o processo de desenvolvimento dos estudantes.

Para esta primeira etapa (TE1) estamos propondo tempos com duração de 2 ou 3 semanas, considerando que a proximidade entre os dois tempos/espços formativos será mais adequado para este primeiro momento de construção da coletividade, motivação dos estudantes para a retomada dos estudos e atividades de alfabetização.

| Etapa 1 | Tempo Escola | Tempo Comunidade |
|----------------|----------------------------------|---|
| 1A | 25/ AGOSTO a 12 /SETEMBRO | 14/SETEMBRO a 28/SETEMBRO |
| 1B | 29/SETEMBRO a 10/OUTUBRO | 13/OUTUBRO a 26/OUTUBRO |
| 1C | 27/OUTUBRO a 14/NOVEMBRO | 17/NOVEMBRO a 30/NOVEMBRO |
| 1D | 01/DEZEMBRO a 19/DEZEMBRO | Conforme período de férias a definir |

VIII. Quadro de Horários

| Horário Dia da semana | 2º | 3ª | 4ª | 5ª | 6ª | Sábado | |
|--------------------------|---|-------------------|-------------------|-------------------|---|----------------------|--|
| 18:30 às 19:00 | Planejamento Coletivo Educadores, coordenador de turma e coordenadora pedagógica | Tempo Alimentação | Tempo Alimentação | Tempo Alimentação | Planejamento Individual Educadores, coordenador de turma e coordenadora pedagógica | 8:00 às 8:30 | Tempo Alimentação |
| 19:00 às 19:30 | | Tempo Abertura | Tempo Organização | Tempo Abertura | | 8:30 às 9:30 | Tempo Trabalho ou CPP |
| 19:30 às 22:00 | | Tempo Estudo | Tempo Estudo | Tempo Estudo | | 9:30 às 13:00 | Tempo Estudo ou Análise de Conjuntura (9:30 às 10h30) |
| | | | | | | 13:00 às 14:00 | Tempo Alimentação |

